

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À  
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, DE 2019**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, DE 2019**

Altera o Sistema Tributário Nacional e  
dá outras providências.

**EMENDA Nº**

Dê-se ao art. 1º da Proposta de Emenda Constitucional nº 45,  
de 2019, a seguinte redação:

“Art. 1º ..... 1º

‘Art. 145 .....  
.....

§ 1º Sempre que possível, os tributos terão caráter pessoal e  
serão graduados segundo a capacidade econômica do  
contribuinte, a responsabilidade socioambiental da atividade  
por ele desenvolvida e a seletividade socioambiental dos bens  
e serviços sobre os quais incidirem, sendo facultado à  
administração tributária, especialmente para conferir  
efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos  
individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e  
as atividades econômicas do contribuinte.

.....’ (NR)  
.....

‘Art. 153. ....  
.....

§ ..... 4º  
.....

I – será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a  
estimular o respeito à função socioambiental da propriedade;  
.....

§ 6º Os impostos previstos neste artigo, sempre que possível, orientar-se-ão pela seletividade socioambiental e terão suas alíquotas fixadas em função da responsabilidade socioambiental das atividades desempenhadas pelo contribuinte.’ (NR)

.....  
‘Art. 155. ....

.....  
§ 6º

.....  
III – terá alíquotas diferenciadas em função do consumo energético e da emissão de gases poluentes por veículo.’ (NR)

.....  
‘Art. 156. ....

.....  
§ 1º

.....  
II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel e o respeito à função socioambiental da propriedade.  
.....’ (NR)

.....  
‘Art. 161. ....

.....  
II – estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos previstos em seu inciso I, objetivando promover o equilíbrio socioeconômico entre Estados e entre Municípios, bem como incentivá-los a adotar políticas públicas voltadas à conservação ambiental;

.....’ (NR)

.....  
‘Art. 225.

.....  
§ 8º O Poder Público observará os princípios do poluidor-pagador e protetor recebedor na condução da política tributária.

§ 9º Para os fins do disposto no § 8º, os serviços de saneamento ambiental, os materiais reciclados e as máquinas, equipamentos e aparelhos antipoluentes gozarão de tratamento tributário favorecido.” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

O art. 225 da Constituição e o art. 4º da Lei nº 6.938/1981, positivam em nosso ordenamento jurídico os princípios do poluidor-pagador, do protetor-recebedor e do desenvolvimento sustentável, estabelecendo que os ônus decorrentes das práticas sustentáveis devem ser absorvidos pela sociedade e que os custos difusos dos impactos ambientais sejam transferidos ao poluidor.

Tais diretrizes, porém, não têm sido observadas pela legislação tributária, a qual é um dos mais importantes mecanismos de que dispõe o Estado para distribuição de renda e para direcionamento do consumo e dos investimentos.

Por essa razão, inspirados pelo movimento ocorrido na Europa, conhecido como *Ecological Tax Reform* ou *Green Tax Reform*, que buscou a concretização desses princípios ambientais pela via tributária, propomos com a presente Emenda uma reforma tributária ambiental.

Nossa Emenda, inspirada na Proposta de Emenda Constitucional nº 353, de 2009, prevê que:

**1)** os tributos, sempre que possível, serão graduados de acordo com a responsabilidade socioambiental da atividade desenvolvida pelo contribuinte e com a seletividade socioambiental dos bens e serviços sobre os quais incidirem;

**2)** os critérios de rateio do imposto de renda com Estados e Municípios serão definidos de modo a promover o equilíbrio socioeconômico entre tais entes federativos, bem como incentivá-los a adotar políticas públicas voltadas à conservação ambiental.

**3)** os princípios do poluidor-pagador e protetor receptor deverão ser observados na condução da política tributária; e

**4)** os serviços de saneamento ambiental, os materiais reciclados e as máquinas, os equipamentos e os aparelhos antipoluentes gozarão de tratamento tributário favorecido.

Acreditamos que as alterações propostas contribuirão para o desenvolvimento ambientalmente equilibrado do país, razão pela qual rogamos pelo apoio dos nossos nobres Pares para a apresentação e a aprovação desta relevante Emenda.

Sala da Comissão, em        de        de 2019.

Deputado ULDURICO JUNIOR